

Paralisação. Bancada capixaba e governo do Estado não podem interferir

Aeroporto: expectativa é de mais atraso na obra

Autoridades querem que a Infraero possa esclarecer o motivo da contratação de instituto ligado à USP

DENISE ZANDONADI

dzandonadi@redgazeta.com.br

■ A nova exigência que o Tribunal de Contas da União (TCU) fez à Infraero, para que explique a contratação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) – empresa que fará o levantamento dos pagamentos feitos ao consórcio responsável pelas obras do Aeroporto de Vitória – está deixando autoridades capixabas preocupadas. Principalmente as que estão na briga para comandar o futuro da administração estadual. A expectativa de Renato Casagrande (PSB) e de Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) é que as obras, paradas há dois anos, atrasem ainda mais.

Casagrande, que já manteve contato com a direção da Infraero para saber se o questionamento do TCU poderia atrasar novamente a retomada das obras, disse que a estatal já foi ao órgão prestar esclarecimentos. “Minha tarefa, como senador, é acompanhar essa



PROBLEMAS. Trabalhos na área começaram em 2005 e foram parados por irregularidades

questão de perto e cobrar agilidade do Tribunal de Contas para que as obras não sofram mais atrasos”.

Casagrande disse que nem a bancada federal nem o governo do Estado tem como interferir na questão entre a Infraero e o TCU. “A Infraero é que tem que falar sobre esse assunto e dar explicações ao

povo, que não aguenta mais a situação do Aeroporto de Vitória”, afirmou Casagrande.

RESPONSABILIDADE

Para o deputado federal Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) a hora não é nem de questionamentos de detalhes como esse contrato com o IPT. “Precisamos, sim, questionar sobre a

responsabilidade sobre o Aeroporto da Capital do Estado continuar do jeito que está. Quem vai responder por essa irresponsabilidade? Onde está o dinheiro já liberado e onde está a obra que já deveria ter sido feita?”, pergunta ele.

Depois de todo esse tempo – as obras do aeroporto começaram em 2005 – e depois de as

obras terem sido paralisadas mais de uma vez por irregularidades, a população pode ter a impressão, segundo Luiz Paulo, de que o Tribunal de Contas da União é o responsável pela paralisação do projeto de construção da segunda pista de pouso e decolagem, além das obras de novos terminais de carga e de embarque e desembarque.

“E não é verdade. É exatamente o contrário. O TCU tenta garantir o uso correto do dinheiro público nas obras. Tenta impedir a fraude e a corrupção”, afirma o parlamentar. Segundo ele, “existe um crime e um cadáver estendido no chão e quem não quer ver isso é conivente com a situação”, afirma.

A contratação do IPT foi decidida pela Infraero depois que as obras do aeroporto foram paralisadas devido à suspensão dos pagamentos pelas obras. O IPT deve fazer a conferência dos pagamentos em relação às obras realizadas. A assessoria da Infraero informou que o resultado do levantamento do IPT “servirá de base para solução da demanda judicial existente entre a Infraero e o então consórcio construtor. Os serviços iniciados em março têm previsão de término em setembro”.

CHICO GUEDES